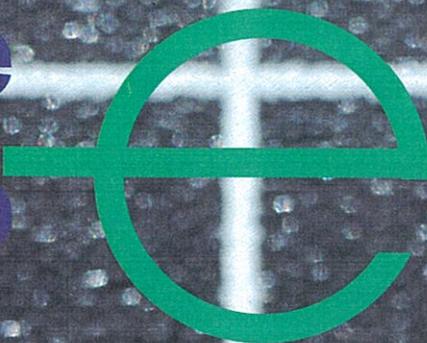


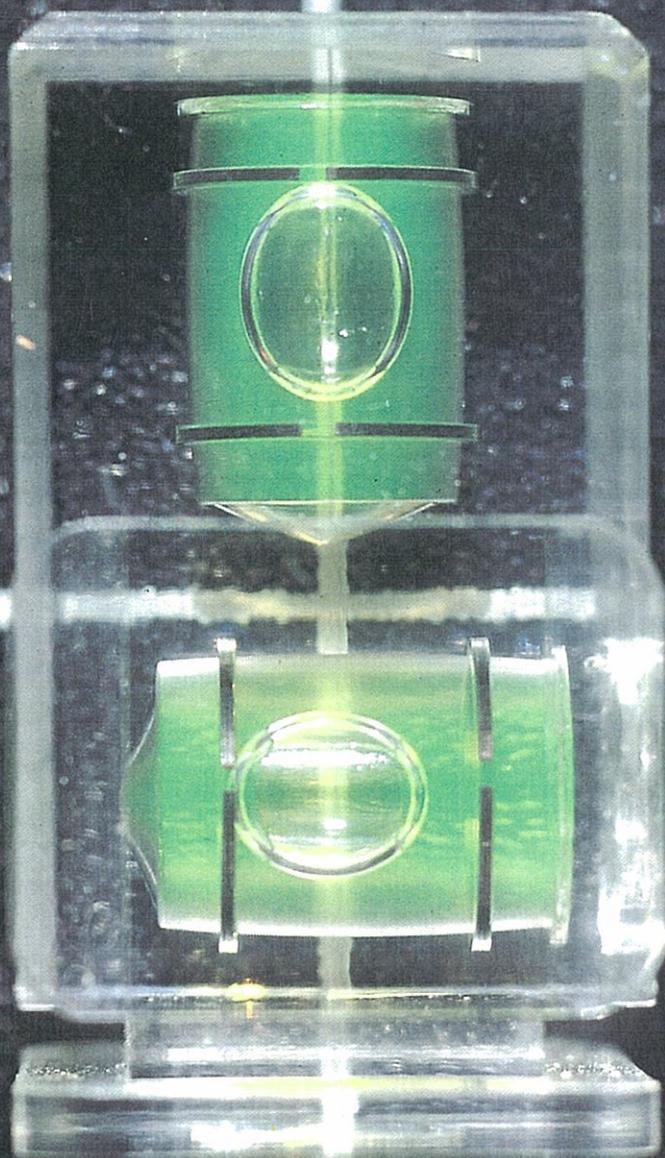
sociedade
território



24

K

K



K QUE
NOVOS RUMOS PARA O URBANISMO ?

Planeamento estratégico de cidades: uma experiência ao Norte

Elisa Perez Babo, João Pedro Matos Fernandes e Teresa Sá Marques

1. INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da experiência adquirida aquando da realização de um conjunto de Planos Estratégicos de Cidade em que os autores participaram, integrando a equipa da empresa Quaternaire Portugal¹.

O conteúdo do artigo, se decorre de uma experiência colectiva e participada por um número alargado de técnicos, compromete exclusivamente os seus autores, por serem estes os responsáveis pela reflexão que aqui se apresenta.

Os Planos Estratégicos foram realizados com base numa metodologia de planeamento estratégico, a qual, para além de reflectir as actuais tendências de revisão desta metodologia, procura consolidar a sua aplicação ao domínio do desenvolvimento urbano, entendendo este último como uma das prioridades mais relevantes da intervenção municipal e regional.

Nas condições ainda embrionárias de aplicação desta metodologia às políticas de desenvolvimento urbano em Portugal, importa que os instrumentos de planeamento não sejam à partida mistificados e se traduzam, pelo contrário, por alterações relevantes nas práticas de intervenção da instituição que a eles recorrem.

O número de planos realizado é muito vasto e corresponde a um conjunto de cidades, concelhos,

eixos e sistemas urbanos, naturalmente, distintos entre si.

Neste artigo, parcialmente influenciado pela elaboração de todos eles, procede-se à descrição, com maior detalhe, de apenas alguns desses planos.

Os quatro casos escolhidos correspondem a situações diversas do ponto de vista da inserção territorial, do potencial endógeno, das relações institucionais que se desenvolvem no interior dessas cidades.

Assim:

- Espinho é um centro urbano pertencente à Área Metropolitana do Porto (AMP), dotado de um conjunto de projectos que lhe permitirão a sua afirmação em domínios específicos;
- Viana do Castelo é marcada pela importância do seu centro histórico e pela sua situação de cidade litoral incluída num espaço territorial com índices de desenvolvimento muito baixos;
- o Eixo Feira/S. João da Madeira/Oliveira de Azeméis pode definir-se pela continuidade urbana e forte tradição industrial, numa zona com grande potencial de atracção de projectos a partir da AMP;
- o Eixo Vila Real/Régua/Lamego é representado pela descontinuidade e difíceis acessos entre centros urbanos, mas com uma dinâmica a consolidar-se de cooperação interur-

¹ Os Planos Estratégicos apresentados foram realizados pela empresa Quaternaire Portugal. A equipa principal que elaborou os Planos é composta por: António Manuel Figueiredo, Elisa Perez Babo, João Pedro Matos Fernandes, Rui Manuel Azevedo e Teresa Sá Marques. As contribuições sectoriais foram da responsabilidade de: Ana Monteiro, António Serrano, Clara Correia, Lurdes Cunha, Manuel Fernandes de Sá, Mariana Brandão, Mário Trindade, Paula Guerra e Rodrigo Meireles.

Concepção e execução das figuras dos Arq. Manuel Riban e Rui Malha.

Planeamento estratégico de cidades: uma experiência ao Norte

Elisa Perez Babo, João Pedro Matos Fernandes e Teresa Sá Marques

1. INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da experiência adquirida aquando da realização de um conjunto de Planos Estratégicos de Cidade em que os autores participaram, integrando a equipa da empresa Quaternaire Portugal¹.

O conteúdo do artigo, se decorre de uma experiência colectiva e participada por um número alargado de técnicos, compromete exclusivamente os seus autores, por serem estes os responsáveis pela reflexão que aqui se apresenta.

Os Planos Estratégicos foram realizados com base numa metodologia de planeamento estratégico, a qual, para além de reflectir as actuais tendências de revisão desta metodologia, procura consolidar a sua aplicação ao domínio do desenvolvimento urbano, entendendo este último como uma das prioridades mais relevantes da intervenção municipal e regional.

Nas condições ainda embrionárias de aplicação desta metodologia às políticas de desenvolvimento urbano em Portugal, importa que os instrumentos de planeamento não sejam à partida mistificados e se traduzam, pelo contrário, por alterações relevantes nas práticas de intervenção da instituição que a eles recorrem.

O número de planos realizado é muito vasto e corresponde a um conjunto de cidades, concelhos,

eixos e sistemas urbanos, naturalmente, distintos entre si.

Neste artigo, parcialmente influenciado pela elaboração de todos eles, procede-se à descrição, com maior detalhe, de apenas alguns desses planos.

Os quatro casos escolhidos correspondem a situações diversas do ponto de vista da inserção territorial, do potencial endógeno, das relações institucionais que se desenvolvem no interior dessas cidades.

Assim:

- Espinho é um centro urbano pertencente à Área Metropolitana do Porto (AMP), dotado de um conjunto de projectos que lhe permitirão a sua afirmação em domínios específicos;
- Viana do Castelo é marcada pela importância do seu centro histórico e pela sua situação de cidade litoral incluída num espaço territorial com índices de desenvolvimento muito baixos;
- o Eixo Feira/S. João da Madeira/Oliveira de Azeméis pode definir-se pela continuidade urbana e forte tradição industrial, numa zona com grande potencial de atracção de projectos a partir da AMP;
- o Eixo Vila Real/Régua/Lamego é representado pela descontinuidade e difíceis acessos entre centros urbanos, mas com uma dinâmica a consolidar-se de cooperação interur-

¹ Os Planos Estratégicos apresentados foram realizados pela empresa Quaternaire Portugal. A equipa principal que elaborou os Planos é composta por: António Manuel Figueiredo, Elisa Perez Babo, João Pedro Matos Fernandes, Rui Manuel Azevedo e Teresa Sá Marques. As contribuições sectoriais foram da responsabilidade de: Ana Monteiro, António Serano, Clara Correia, Lurdes Cunha, Manuel Fernandes de Sá, Mariana Brandão, Mário Trindade, Paula Guerra e Rodrigo Meireles.

Concepção e execução das figuras dos Arq. Manuel Riban e Rui Malha.

ba em torno de complementaridades e vocações específicas das três cidades.

2. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO – AS REAIS EXPECTATIVAS DAS AUTARQUIAS

A criação do PROSIURB, instrumento financeiro que visava o desenvolvimento urbano integrado das cidades de média dimensão e restantes núcleos urbanos da rede complementar, criava a obrigatoriedade no seu acesso – para as cidades médias – de estas possuírem Planos Estratégicos de Cidade.

Anteriormente, apenas duas cidades tinham investido de forma coerente neste domínio do planeamento: Évora e Lisboa.

É indesmentível que a obrigação imposta pelo PROSIURB foi a mola que despoletou a realização alargada de Planos de Cidade.

No nosso entender, deveriam ser cinco os objectivos principais destes planos:

1. Ponto de partida para uma nova filosofia de gestão e intervenção da Câmara Municipal;
2. Proposta de explicitação e compatibilização de estratégias emergentes na cidade ou eixo urbano;
3. Instrumento de programação estratégica dos investimentos;
4. Nova atitude e novo programa de relacionamento do Município com a sociedade civil local e regional;
5. Base de contratualização de projectos de investimento entre a Autarquia e a Administração Central.

Do ponto de vista formal estes objectivos transparecem em todos os planos que realizamos. Na sua concretização e pleno aproveitamento pelas autarquias é que surgem as falhas. Não pretendemos com isto fazer juízos de valor sobre a atitude perante os planos assumida pelas Câmaras Municipais. Na transposição para a acção do conteúdo dos planos há responsabilidades a partilhar por todos, incluindo a equipa que os elaborou.

No entanto, existe um facto novo que poderá estar na base de algum insucesso na implementação das propostas contidas nos documentos: a

vontade expressa de que os nossos clientes não fossem as Câmaras Municipais mas sim as cidades. Daqui resultam propostas e projectos com vários tomadores, que implicam partilha de responsabilidades e, se existirem, partilha de «louros». Cremos poder afirmar que o nosso país não possui uma tradição de participação e de acção conjugada suficientemente consolidadas que nos permitam obter um elevado grau de sucesso em projectos deste tipo.

Como nos viam então, no início dos processos, os nossos clientes?

Não cremos que nenhum depositasse uma confiança ilimitada naquilo que lhes poderia trazer um Plano Estratégico.

A resposta à pergunta formulada remete-nos para dois tipos de divisões possíveis, que correspondem às posições das Autarquias.

Em relação aos **objectivos**, aquelas que:

- pretendiam cumprir os requisitos para elaborarem uma candidatura que lhes permitiria aceder a um determinado montante de fundos;
- assumiam uma posição de expectativa em relação àquilo que o desenrolar do plano lhes poderia trazer, no sentido de consolidarem uma estratégia de desenvolvimento para a sua cidade.

Em relação ao **conhecimento de base**, aquelas que:

- detinham já uma estratégia, ainda que não formalizada, para o futuro da sua cidade – ou melhor, do seu concelho;
- possuíam um conjunto de projectos que denominavam como «estruturantes» mas que não formavam um conjunto coerente.

Estes factores condicionavam, necessariamente o desenvolvimento do plano e obrigavam a posicionamentos diferenciados por parte da equipa técnica no seu esforço de intermediação.

Havia ainda outras variáveis a ter em conta que sem ser exaustivo, poderemos classificar como as seguintes:

- a inserção no meio institucional local e a experiência de diálogo com os restantes agentes;

- o hábito de diálogo interno entre os técnicos e o poder político;
- o posicionamento institucional em face de outras cidades, influenciado por factores pessoais e partidários, particularmente relevante no caso dos eixos urbanos.

Perante este quadro, como foi possível avançar na realização dos Planos Estratégicos, reforçando a relação de confiança entre equipa técnica e autarquia, e tornando o processo de elaboração do plano participado?

O Planeamento Estratégico é um exercício de conjugação de vontades entre parceiros que terão que possuir uma margem de intersecção de interesses suficientemente sólida para progredir em conjunto.

No Planeamento Estratégico de uma cidade, esses parceiros são todos os agentes públicos ou privados com capacidade para intervir no meio urbano de forma diversificada, aos quais se deverá acrescentar um elemento particular – a equipa responsável pela elaboração do Plano.

Nos múltiplos Planos Estratégicos de Cidade em que os autores deste artigo participaram, existiram sempre cinco princípios metodológicos orientadores:

1. O de não sermos portadores de nenhuma estratégia produzida externamente à cidade, mas sim possuidores de uma vontade de valorizar as estratégias de desenvolvimento próprias dos diversos agentes urbanos – a que chamamos estratégias emergentes – e a partir da sua resultante desenhar um quadro de desenvolvimento da cidade.
2. O de contribuirmos tecnicamente na avaliação dessas estratégias, considerando a integração regional das cidades, bem como o seu potencial e constrangimentos internos, procurando assim obter um resultado coerente e estruturado.
3. O da equipa do plano ser um *interface* entre os diversos agentes urbanos – nomeadamente a Autarquia – e promover a discussão dos temas relacionados com a cidade, dando-os a conhecer, facilitando consensos, gerando projectos comuns.
4. O de realizar uma análise prévia dos princi-

pais domínios de aposta da cidade, por forma a conduzir de forma objectiva a elaboração do próprio plano, podendo o seu desenvolvimento confirmar ou recusar essa análise inicial.

5. O de estruturar os planos de forma coerente, cumprindo as diversas etapas de intervenção, até à escala do projecto².

3. APLICAÇÃO E RESULTADOS DA METODOLOGIA DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

A proposta de trabalho que a Quaternaire-Portugal realizou às Câmaras Municipais pressupôs que, mais do que a resposta a um imperativo legal ditado pela tramitação do PROSIURB, o Município estava interessado em aproveitar esta oportunidade para relançar a cidade e, sobretudo, despertar iniciativas adormecidas dos que, para além da Câmara Municipal, podem contribuir para a finalidade de concretizar um novo futuro para a cidade.

O acerto de perspectivas entre a equipa técnica e o executivo municipal foi, do nosso ponto de vista, estimulante, sobretudo porque ficou na maioria das vezes bem expressa a vontade política de que o Plano Estratégico não passasse, politicamente e tecnicamente, despercebido no interior da própria Câmara Municipal. Esta atitude constitui o indicador mais relevante de que com o Plano Estratégico se pretende algo mais do que responder a um simples imperativo legal.

Para responder a este conjunto de expectativas, pôs-se em prática uma metodologia de planeamento estratégico assente nos seguintes passos:

- Um exercício de avaliação externa das perspectivas de desenvolvimento da cidade, conducente à identificação das principais ameaças e oportunidades que se colocam a esse desenvolvimento, realizado à luz das principais tendências sectoriais e espaciais, de âmbito nacional e internacional, consideradas pertinentes pela equipa técnica para os fins em vista.
- Um trabalho sistemático de avaliação interna das mesmas perspectivas de desenvolvimento futuro, realizado com base na identificação dos principais estrangulamentos e

² Este princípio orientador não se reflecte na exposição do capítulo seguinte, por não se enquadrar no âmbito deste artigo.

potencialidades revelados pela cidade para combater e aproveitar eficazmente as já mencionadas ameaças e oportunidades suscitadas pelas tendências de evolução mais recente.

- Um trabalho insistente de sensibilização e de validação por parte do Município (componente política e serviços técnicos de planeamento) de sínteses parcelares e de momentos de diagnóstico estratégico.
- Um processo sistemático de contacto com o terreno e com as energias e actores da cidade destinado a avaliar as estratégias nela emergentes do ponto de vista da preparação do futuro e a testar a identificação de ameaças e oportunidades, potencialidades e estrangulamentos realizada pela equipa técnica.

A concretização deste quadro inicial é visto pela equipa técnica como um simples processo de arranque do Planeamento Estratégico na Cidade, o qual deve ser prosseguido e aprofundado num outro estágio de organização e empenhamento político, a partir da constituição de um Gabinete de Cidade.

Nesta linha metodológica, as visões sectoriais consideradas pertinentes para realizar a avaliação estratégica reflectem uma determinada perspectiva de conjunto sobre o desenvolvimento da cidade, a qual foi progressivamente testada quer pelo trabalho de terreno realizado, quer pelo próprio encaidamento relacional dos trabalhos sectoriais.

Foi assim considerado pertinente aprofundar os seguintes domínios de análise:

- Urbanismo;
- Logística da cidade;
- Ambiente urbano;
- Demografia e emprego;
- Tecido produtivo;
- Ensino e formação;
- Dinâmica cultural e urbana.

Na elaboração de um plano para uma cidade foram desenvolvidas duas componentes: uma, que privilegiava uma perspectiva espacial – *centralidades e periferias urbanas*; e outra, que procurava realçar as dinâmicas emergentes e os perfis para a cidade – *ritmos urbanos*.

Relativamente aos eixos urbanos, a avaliação estratégica concentrou-se sobretudo em dois eixos: os *vectores urbanos e especificidades* das cidades a valorizar; os *problemas que comprometem limites urbanos* propiciadores da coesão do eixo.

4. UM PLANO ESTRATÉGICO PARA UMA CIDADE

Uma cidade é o espelho das diferentes vivências e formas de uso dos seus espaços. No espaço urbano existem áreas particularmente frágeis ou em situação de ruptura (urbanística, social ou económica) e outras, que pela qualidade do seu património edificado ou ambiental, pelas suas praças e ruas, pela concentração e qualidade de serviços e comércio podem representar, ou vir a representar, espaços de centralidade.

As *centralidades urbanas* que foram identificadas nos planos estratégicos das cidades representam diferentes formas de viver e ver o espaço urbano, diferentes estratégias que devem ser explicitadas a partir das potencialidades desses territórios e são áreas urbanas que têm uma visibilidade e uma capacidade de atracção que ultrapassa a dimensão desse espaço urbano. Há uma forte apropriação destes espaços, não só pelos habitantes da cidade, mas também por todos aqueles que a visitam ou usam.

Pelo contrário, há outros espaços na cidade que não têm um centro e não têm centralidade. A sua perda de identidade está muito ligada à perda de capacidade de atracção urbana, à desintegração e desarticulação, à sua exclusão dos principais circuitos da cidade. A questão das *periferias urbanas* nas cidades médias liga-se, sobretudo, a uma falta de qualidade urbana e funcional desses espaços, a fortes concentrações de habitação social, a crescimentos urbanos acelerados e desqualificados, a núcleos antigos degradados e abandonados. São, potencialmente, espaços marginais na cidade, nos quais se devem privilegiar critérios de integração nos novos programas de gestão urbana. É necessário gerir o desenvolvimento urbano com uma visão ampla de ordenamento do território e não excluir ou desvalorizar nenhuma área urbana do projecto colectivo global que se pretende construir para a cidade.

Os ritmos urbanos de uma cidade dependem do que está a mexer na cidade. A cidade tem mais ou menos ritmo em função das forças presentes no seu espaço urbano. Estas forças dependem das capacidades e das dinâmicas dos diferentes sectores da cidade. A força centrípeta de um centro urbano está relacionado com a dinâmica do sector comercial, o potencial administrativo e de serviços às empresas, a capacidade de criação de emprego, a visibilidade e imagem da oferta de ensino e formação, a qualidade dos espaços públicos, o valor patrimonial arquitectónico e ambiental, a animação urbana, entre outros. Assim, podemos considerar que numa cidade coexistem diferentes ritmos em função dos perfis que ela preferencialmente protagoniza. A cada perfil estão associados dinâmicas e especificidades, usos diferenciados ao longo do dia ou do ano, um conjunto de actores urbanos e uma capacidade de afirmação externa.

A partir deste diagnóstico estratégico podemos detectar as especificidades e a capacidade competitiva inerentes a cada perfil que cada cidade pode protagonizar e desenvolver um conjunto de apostas que consolidem e valorizem essas dinâmicas emergentes e que contribuam para a sua afirmação no plano regional e no sistema urbano nacional. Estando definidas essas apostas, os *grandes objectivos* contribuem para a operacionalização da estratégia definida.

4.1. Um Plano Estratégico para a cidade de Viana do Castelo

O processo de elaboração do documento de estratégia para esta cidade foi o mais discutido e no qual a Câmara Municipal, em termos políticos e técnicos melhor acompanhou o processo de levantamento, diagnóstico, avaliação estratégica e elaboração da estratégia mais competitiva. Para tal contribuíram um conjunto de situações: por um lado, era o primeiro plano estratégico para uma cidade a ser elaborado pela equipa da Quaternaire Portugal e por outro, a Câmara Municipal disponibilizou uma equipa política e técnica alargada, heterogénea nos pontos de vista e nas experiências ao nível do planeamento físico e definição e concretização de estratégias (fig. 1 e esquema 1).

Impõe-se a partir da apresentação do esquema síntese da proposta de plano estratégico da cidade de Viana do Castelo, uma concretização e explicitação das apostas formuladas, no sentido de as tornar mais intelegíveis.

Viana do Castelo espaço de tradição cultural e inovação artística

Viana do Castelo concentra, no seu património cultural, um conjunto de valores e tradições da história, da cultura e dos saberes regionais, designadamente no que respeita ao folclore e ao património etnográfico, que a mantém como referencial cultural da região do Alto Minho. Actualmente, a emergência de novas referências urbanas e culturais e a presença de uma população jovem, estudante, que em certa medida é proveniente do exterior, trazem-lhe um potencial inovador em certos domínios da produção, difusão e formação cultural e artística, como são os casos da expressão dramática, da música e da imagem. A aposta da cidade em matéria cultural deve orientar-se para o desenvolvimento de domínios âncora em matéria de inovação cultural: o teatro, a música e o audiovisual, através da profissionalização das suas estruturas e da internacionalização dos seus principais agentes e projectos, num contexto de consolidação e de qualificação das dinâmicas de animação urbana e cultural e de afirmação da sua centralidade regional e visibilidade externa.

Viana do Castelo espaço saudável

Esta aposta deve ser equacionada em diferentes vectores da vivência urbana e implica o desenvolvimento de um conjunto de projectos transversais e inovadores em matéria sócio-cultural e ambiental. A «construção» de um espaço urbano saudável passa pela criação de um conjunto de condições ao nível do ambiente urbano, da qualidade de vida, das relações de sociabilidade e de convivialidade. Nesta medida, a intervenção nos espaços públicos, nos espaços de características naturais e ambientais que envolvem ou matizam a cidade, nos serviços urbanos à população e em todas as relações de solidariedade e de convívio, constituem eixos fundamentais do desenvolvimento desta aposta. A utilização individual e colectiva do espaço público, a fruição ambiental e dos recursos naturais, a elimi-

Avaliação estratégica

Centralidades urbanas

- **Centro histórico** – centro administrativo, comercial e de animação urbana.
- **Zona ocidental** (Avenida do Atlântico, Campo da Agonia e Forte de Santiago da Barra) – concentra as funções de formação e de dinamização empresarial.
- **Porto de mar** – importante interface de mercadorias com o exterior.
- **Frentes de rio** – espaço de desporto e recreio.
- **Praia do Cabedelo** – espaço de mar vocacionado para os desportos náuticos.

Periferias urbanas

- **Darque** – zona dormitório de crescimento urbano desordenado, situada na margem esquerda do rio Lima, afectada pelo crescimento das infra-estruturas portuárias.
- **Areosa** – frente de mar a norte da cidade, que se estende ao longo do caminho-de-ferro e da EN13, de crescimento urbano linear, desprovida de elementos urbanos de identificação e de equipamentos.
- **Meadela** – zona de expansão urbana não consolidada, situada a nascente da cidade e na margem norte do rio Lima, que adquiriu recentemente uma excelente acessibilidade ao exterior e ao centro da cidade.

Ritmos urbanos

- Cidade comercial, que se afirma na região envolvente pela qualidade e diversidade da oferta.
- Cidade cultural, pela tradição, qualidade do seu património e potencial de inovação na criação artística teatral, musical e na imagem.
- Cidade fluvio-marítima com dinâmicas urbanas e de recreio-lazer em torno da relação cidade-mar-rio e da fruição da água.
- Cidade portuária, ligada à existência de um porto com capacidade de afirmação regional em fileiras de transporte especializadas e uma indústria de construção naval com competitividade internacional.
- Cidade de emprego, pela capacidade de oferta de emprego no Alto Minho e relativa qualificação da mão-de-obra, com reflexos no tecido produtivo.
- Cidade de formação, que concentra uma oferta diversificada de formação profissional, artística e de nível superior.
- Cidade de cooperação com os PALOP nos domínios da formação, da construção naval e das trocas comerciais, privilegiando as exportações por via marítima.
- Cidade saudável que associa a qualidade ambiental e urbana a recursos de importância regional em matéria de saúde e a estratégias e políticas de qualificação habitacional e assistencial.

Apostas

VIANA DO CASTELO

- Espaço de tradição cultural e de inovação artística.
- Espaço saudável.
- Espaço de fruição da água.
- Centro de projecção turística.
- Centro de formação e de animação empresarial.
- Pólo dinamizador de transportes.
- Espaço de participação e cooperação.

Grandes objectivos estratégicos

- Afirmar a cidade como pólo dinamizador do potencial regional.
- Reforçar Viana do Castelo enquanto centro regional de cultura e lazer.
- Reforçar Viana do Castelo enquanto centro regional de formação e dinamização do tecido económico.
- Promover os eixos de internacionalização da cidade.
- Estruturar a cidade e reforçar a sua coesão social.
- Qualificar e valorizar os recursos ambientais.
- Desenvolver as capacidades de iniciativa e participação dos cidadãos.

Esquema 1

nação das barreiras que a cidade coloca a certos grupos de população, designadamente aos deficientes, a aproximação dos serviços urbanos de assistência social, de saúde, entre outros, aos problemas e características dos seus utentes, constituem alguns dos objectivos centrais desta aposta para Viana do Castelo.

Viana do Castelo espaço de fruição da água

O perfil fluvio-marítimo que a localização da cidade de Viana do Castelo, na foz do Rio Lima, lhe confere, para além da tradicional ligação que a sua população estabeleceu com o rio e o mar, através de actividades, de memórias e de práticas de lazer e recreio, designadamente balneares, conferem a esta aposta do Plano para a cidade uma importância fundamental na afirmação externa das suas especificidades. A evolução das formas de relacionamento do homem com o mar e com os rios tem valorizado todos os aspectos da fruição da água, através de práticas desportivas, de recreio e de lazer. Esta evolução tem condicionado a lingua-

gem construtiva de diálogo entre a cidade e o rio, designadamente com a construção das marinas e a instalação de estruturas de apoio aos desportos náuticos. Esta aposta visa principalmente potenciar as dinâmicas locais, tradicionais e emergentes, em matéria de desportos náuticos, conferindo-lhe, em certos casos, importância e visibilidade no exterior e atraindo à cidade eventos e actividades comerciais relacionadas com esses desportos.

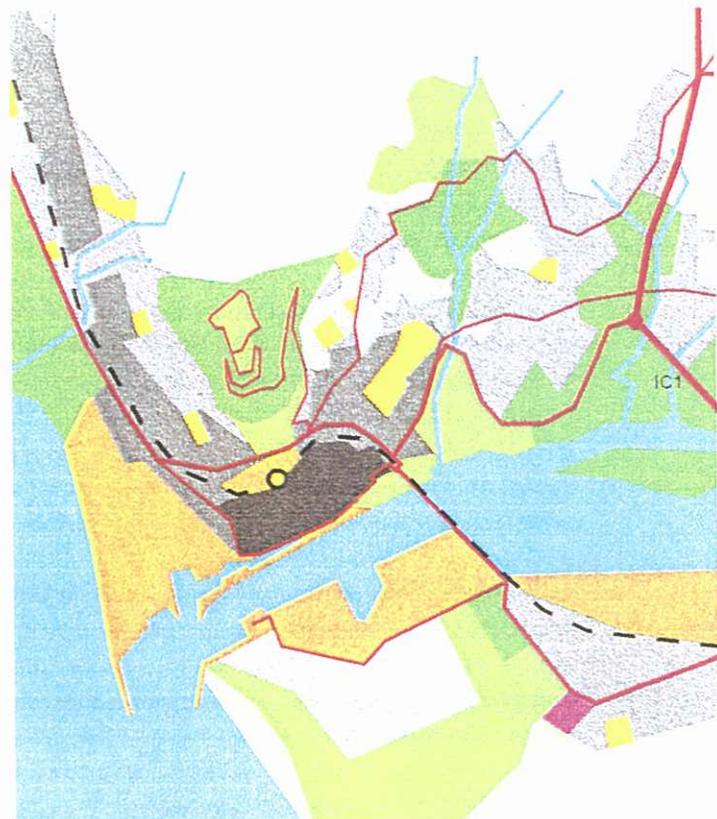
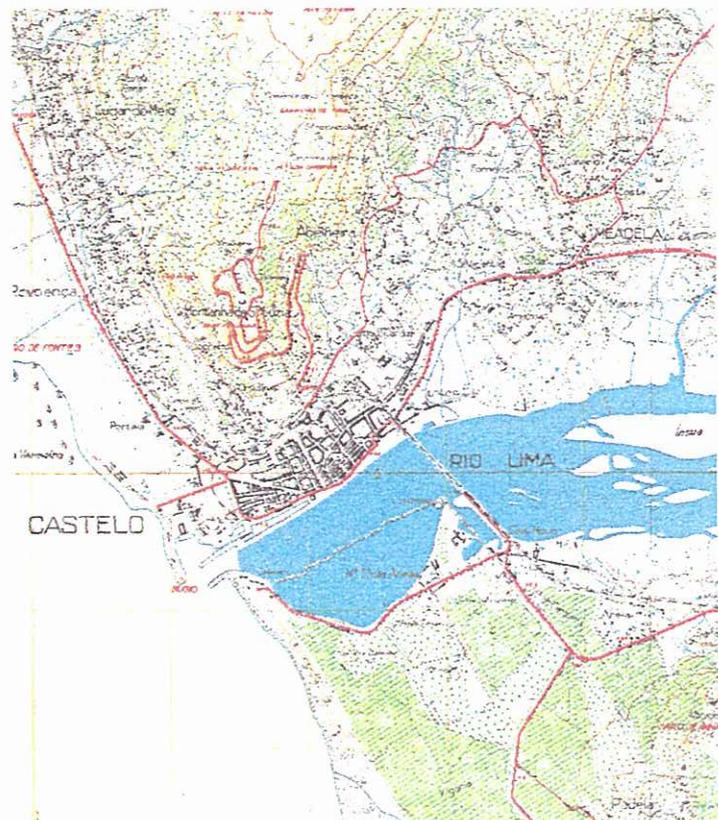
Viana do Castelo centro de projecção turística

A competitividade crescente da região do Alto Minho, face a outras regiões de grande potencial turístico, confere a esta aposta uma importância muito significativa no quadro do relacionamento da cidade com o seu *hinterland*. A cidade em si, mercê do seu valioso património arquitectónico, da qualidade urbana onde o centro histórico joga uma forte presença, da qualidade ambiental valorizada pelo relação entre a serra e o mar, do tecido comercial de que dispõe e da dinâmica de oferta cultural que já possui, oferece um potencial turís-

tico extremamente interessante. Para além disso, os recursos turísticos e o perfil da sua envolvente regional permitem enriquecer esse potencial. A aposta nesta matéria tem, no entanto, de garantir uma melhor interpenetração de estratégias de mercado, nomeadamente de nível internacional e de atracção turística, entre a cidade e a região, no sentido de garantir uma evolução da sua posição face a novos padrões de turismo, de motivação cultural, ambiental, desportiva e de congressos.

Viana do Castelo centro de formação e de animação empresarial

A cidade constitui um importante pólo empregador da região do Alto Minho, que se assume como um concelho ganhador de emprego numa região globalmente perdedora e que concentra uma oferta de ensino superior e de formação significativa. A afirmação externa de Viana do Castelo e o desenvolvimento de factores de competitividade face a outros centros urbanos de dimensão média da região exigem uma estratégia de consolidação de um tecido económico empregador e dinâmico, capaz de fixar um volume significativo de mão de obra qualificada e de atrair investimento externo, rentabilizando nesta medida as capacidades de formação e de qualificação já instaladas na cidade. A



- Áreas Urbanas**
 - Centro Histórico / Núcleo Antigo
 - Áreas Urbanas Consolidadas
 - Áreas Urbanas Não Consolidadas
 - Expansões Urbanas Existentes
 - Áreas Urbanas de Génese Ilegal.
- Áreas Urbanizáveis**
 - Expansões Urbanas Previstas
- Zonas Industriais e de Armazenagem**
 - Existentes
 - Previstas
- Equipamentos Estruturantes**
 - Singulares / Sistemas
- Espaços Abertos**
 - Restrições e programas especiais
 - Parque urbano
 - Áreas sob reserva
- Elementos da Macroestrutura**
 - Macroestrutura Viária
 - Macroestrutura Ferroviária

Fig. 1: VIANA DO CASTELO – extracto da carta militar (1949) e esquema interpretativo à escala 1/50000.

consolidação desse tecido económico implica a adopção de estratégias de cooperação e concertação interinstitucional, conducentes à qualificação e modernização das estruturas empresariais, nos vários sectores industriais, do comércio e do turismo.

Viana do Castelo pólo dinamizador de transportes

A coexistência de três diferentes modos de transporte na cidade de ligação com o exterior – o rodoviário, o ferroviário e o marítimo – é um elemento diferenciador face a outros centros urbanos e constitui um potencial importante, podendo conferir a Viana do Castelo um papel determinante no sistema de transportes regional. A cidade deve capitalizar este potencial, quer numa perspectiva de ancoragem de dinâmicas emergentes da região envolvente, quer na perspectiva de intensificar oportunidades de relações da própria cidade e do seu «hinterland» com o exterior, designadamente dentro de uma estratégia de internacionalização. As ligações ao porto de mar, a plataforma logística de Darque, o *interface* de passageiros nos terrenos da actual estação ferroviária, a construção do IC1 e do troço de ligação à auto-estrada, são projectos indispensáveis no quadro desta aposta, na medida em que garantirão a rentabilização desse potencial intrínseco que a cidade dispõe.

Viana do Castelo espaço de participação e de cooperação

O desenvolvimento das capacidades de iniciativa e de participação dos cidadãos e das instituições no processo de desenvolvimento e de afirmação da cidade é uma das vertentes prioritárias desta aposta do Plano. Nesta medida, é indispensável o fomento de novas formas e espaços de concertação que facilitem diálogos, aproximem interesses e afinem linguagens entre os indivíduos e as instituições e entre os sectores público e privado. Outras das vertentes desta aposta dirige-se fundamentalmente para o exterior, explorando ou consolidando novos eixos de cooperação, inter-regional e entre cidades, onde se evidencia já pelas dinâmicas recentes, uma vocação para a cooperação transfronteiriça e com os PALOP. Neste último caso, a aposta deve potenciar a emer-

gência de relacionamentos com estes países africanos, que se têm centrado em eixos de cooperação nos campos da formação e investigação, de internacionalização de algumas empresas locais e em que o porto de mar pode vir a desempenhar um papel interessante.

4.2. Um Plano Estratégico para a cidade de Espinho

Se o Plano Estratégico de Viana do Castelo foi o primeiro a ser elaborado, o Plano para a cidade de Espinho foi o último, ou mais concretamente está ainda em formalização na data de elaboração do presente artigo. Relativamente aos restantes Planos desenvolvidos pela equipa é o único que não tem como objectivo uma candidatura ao Programa PROSIURB e é o único cujo processo de elaboração do documento de avaliação e definição da estratégia foi acompanhado por uma assessoria técnica à Câmara Municipal, no sentido de apoiar a formalização de um conjunto de projectos estruturantes para o desenvolvimento e afirmação desta cidade na Área Metropolitana do Porto e na região envolvente. Estes projectos foram idealizados pela Autarquia ou foram sendo propostos pela equipa técnica, numa perspectiva de não perder oportunidades de financiamentos nacionais e comunitários e, em simultâneo, terem um carácter pedagógico de demonstração (esquema 2).

O Plano Estratégico de Espinho agrega os projectos urbanos com o objectivo de construir um projecto de cidade. É esta coerência entre «projecto de cidade e projectos urbanos, entre destino de um território e destinos dos seus habitantes», entre a escala do quarteirão e o espaço global que Espinho pretende apostar e se movimentar.

Os projectos urbanos estruturantes atingem objectivos muito heterogéneos e focam realidades urbanas muito diversificadas: desde a resolução de problemas de concentração espacial, de segregação, passando pela necessidade de revitalizar e qualificar urbanística e funcionalmente espaços urbanos privilegiados, até à vontade de afirmar em termos regionais e internacionais fileiras estratégicas (saúde, desporto, imagem e comunicação, turismo, comércio).

Assim, os projectos urbanos estruturantes, ao

Avaliação estratégica

Centralidades urbanas

- **Área central da cidade** – compreendida entre os eixos estruturados pela Marginal, pelo antigo edifício da antiga fábrica Brandão Gomes – Praça de Touros, pela Alameda que liga a Praça de Touros à Câmara Municipal e pela rua 19 – centro administrativo, comercial e de animação urbana.
- **Espaço litoral** – espaço de forte cariz ambiental, que concentra dinâmicas balneares e de lazer.
- **Parque urbano desportivo** – situado na zona oriental da cidade, constitui potencialmente um espaço verde de finalidades múltiplas, dotado de equipamentos desportivos modernos e de qualidade com visibilidade externa.

Periferias urbanas

- **Marinhas de Silvalde** – área urbana segregada, originariamente de cariz piscatório, a sul do edifício da antiga fábrica Brandão Gomes, que enferma de graves problemas urbanísticos associados a situações de pobreza generalizada.
- **Lagoa de Paramos** – área de grande valor ambiental, inserida na barrinha de Paramos/Esmoriz, sujeita a factores diversos de agressão ambiental, que inclui uma área de habitação clandestina degradada e alguns equipamentos de cariz desportiva e recreativa.
- **Área de expansão da cidade** – áreas de crescimento, periféricas relativamente ao centro da cidade, mal consolidadas, resultantes da disseminação de «loteamentos», sem espaços públicos de qualidade nem infra-estruturas viárias e de saneamento adequadas, resultantes da ocupação de manchas importantes de solos agrícolas e florestais.
- **Zona industrial** – área de perfil de ocupação em transformação e diversificado, com presença de grandes instalações abandonadas, localizada na vizinhança da área degradada das Marinhas.

Ritmos urbanos

- Cidade que se afirma pela estrutura e imagem urbanas, no contexto da extensão metropolitana a sul do Porto.
- Cidade turística, de tradição balnear e com forte inserção regional, à procura de afirmação no mercado turístico da Área Metropolitana do Porto.
- Cidade comercial, que associada a uma qualidade urbana significativa, lhe confere centralidade numa região dinâmica e fortemente povoada, a sul da AMP.
- Cidade em que emergem novas capacidades de criação nas fileiras da imagem e comunicação que contribuem para consolidar a sua internacionalização cultural.
- Cidade de equilíbrios, geradora de projectos municipais inovadores e competitivos, que contribuem para o reforço da coesão social num contexto de afirmação da qualidade.

Esquema 2

serem parte integrante de um projecto de cidade, pretendem atingir simultaneamente duas dimensões e respondem a diferentes preocupações:

- Cada espaço/lugar deve ser parte integrante da cidade e contribuir para a centralidade urbana, deve ter características próprias, originais, atractivas, nas quais os habitantes se possam reconhecer, identificar e usufruir. As questões poderão ser estas: de que forma podemos dar personalidade a um lugar? De que forma podemos levar um cidadão a identificar-se e a apropriar-se de um lugar? Como se pode transformar um habitante que usa a sua cidade num cidadão responsável? E assim surgem uma espécie de «espaços mágicos». A estética, a qualidade cénica, a qualidade dos enquadramentos, a funcionalidade, a capacidade de atracção, a integração e sua quota de centralidade urbana são características essenciais de cada projecto urbano;
- O posicionamento e o papel desta cidade no espaço metropolitano, regional e internacio-

Apostas

ESPINHO

- Espaço balnear e de lazer.
- Pólo de atracção comercial.
- Espaço da comunicação e imagem.
- Tecido urbano de qualidade.
- Cidade sustentável.

Grandes objectivos estratégicos

- Consolidação de uma imagem urbana de forte personalidade.
- Reforço da coesão sócio-cultural económica e urbanística.
- Qualificação do tecido sócio-cultural.
- Valorização da qualidade ambiental e controlo dos factores de agressão.
- Reforço da internacionalização de Espinho em matéria cultural, turística e desportiva.
- Consolidação da centralidade de Espinho no espaço metropolitano e regional.
- Desenvolvimento de redes de concertação e de parceria público-privado para a gestão da cidade.

nal surgem como escalas orientadoras do rumo que Espinho deve assumir. Cada projecto urbano tem um papel e a sua comparticipação num projecto mais amplo. Os investimentos são ponderados e orientam-se por fileiras estratégicas.

Espaço balnear e de lazer

Afirmar um espaço de forte atractividade balnear e de lazer, a partir da tradição de pólo turístico, do aumento das taxas de ocupação hoteleira ao longo do ano e da diversificação da animação urbana e balnear é a proposta que se insere nesta aposta. Concorrem para este perfil de afirmação da cidade a sua inserção num espaço metropolitano gerador de nova procura turística, os projectos em curso ou previstos de componente desportiva (nave desportiva e complexo de ténis), a projecção internacional do volei de praia e alguma dinâmica nos desportos náuticos (*surf*), a animação urbana e de praia de Verão, o potencial de animação que a renovação da Piscina Solário Atlântico e o arranjo

urbanístico da marginal poderão proporcionar. O projecto previsto em torno da talassoterapia, na marginal, poderá constituir uma complementaridade e um vector de consolidação e diversificação desta aposta.

Pólo de atracção comercial

É fundamental que esta cidade, já marcada por uma forte visibilidade externa proporcionada pela animação comercial – feira semanal com um prestígio nacional – não perca este potencial e aposte na renovação urbana desse sector. Uma aposta no urbanismo comercial é perfeitamente justificada pela atractividade que o comércio e animação urbana exercem na região a sul da Área Metropolitana do Porto e pela concorrência que tem progressivamente vindo a sentir por parte dos Grandes Centros Comerciais localizados nos espaços periféricos da metrópole. Apostar na inovação, num espaço comercial ao ar livre diferente, aprazível, animado e com serviços de apoio, é criar condições de competitividade e contribuir para a construção de uma cidade de qualidade com boas condições de vida.

Espaço da comunicação e imagem

A projecção internacional do CINENIMA, a qualidade e a imagem da Escola de Música, as capacidades do Centro Multi-Média e o projecto de reconversão da antiga Fábrica de Conservas Brandão Gomes com uma forte componente nos domínios da imagem e comunicação, são recursos que transmitem à cidade uma forte especificidade. Os projectos em curso têm em vista a criação de condições que permitam aumentar a atractividade de produtores e criadores nestes domínios. A organização de grandes eventos internacionais, a animação urbana em torno da imagem e da música, a residência de produtores, a oferta de emprego e de formação e de serviços traduzem uma fileira que deve ser alimentada e reforçada. Estas componentes interligam-se com outros projectos metropolitanos e contribuem fortemente para o reforço e internacionalização de todo o espaço metropolitano.

Tecido urbano de qualidade

A qualidade de vida conseguida num centro urbano é proporcionada pela qualidade do tecido

urbano, pela presença de equipamentos e infra-estruturas fundamentais, pela oferta de habitação, comércio e serviços essenciais e pela qualidade ambiental. Os projectos urbanos em curso e previstos vão contribuir para alterar e valorizar a imagem da cidade e marcar um novo estádio de desenvolvimento desta. A cidade de tradição balnear vai apostar na construção de uma nova imagem, voltada para as novas tecnologias, a qualidade dos espaços públicos e ambientais, novas linguagens arquitectónicas e urbanísticas, a atractividade de novos sectores e novas oportunidades de emprego e uma animação urbana alternativa.

Cidade sustentável

A sustentabilidade de uma cidade é entendida pelo menos em três vectores – ambiental, económico e sócio-cultural. Os investimentos a desenvolver numa perspectiva de valorização e aumento da competitividade urbana devem, simultaneamente, contribuir para a integração de franjas de população e espaços marginalizados do projecto global para a cidade. A sustentabilidade não admite segregações. Neste sentido, em todos os projectos em curso, há preocupações de intervenção em termos ambientais (arranjo da frente de mar, despoluição e renovação paisagística das ribeiras, infra-estruturação e sensibilização para as questões ambientais, etc.), na elevação dos níveis de escolarização e na criação de emprego (equipamentos escolares com prestígio e projectos criadores de novas oportunidades de emprego) e que contribuam para a coesão social numa perspectiva pouco assistencialista e mais integradora.

4.3. Um Plano Estratégico para o Eixo Urbano Vila Real – Peso da Régua – Lamego

A ideia de conceber um espaço de desenvolvimento urbano em torno de um eixo tri-nucleado transporta uma carga voluntarista bastante acentuada que partiu da Administração Central. Os municípios disponibilizaram-se e aderiram ao projecto de concertação/negociação em torno deste eixo urbano. Se no início assumiram algumas reservas relativamente à necessidade de abrir o processo de cooperação aos agentes privados e públicos

localizados nestas cidades, ao longo do processo foram verificando que este projecto só seria concretizável se a participação fosse alargada. Foi esta a principal tarefa da equipa técnica, pois as posturas e os comportamentos das autarquias mudaram e aparentemente a construção de um Eixo Urbano em torno destas cidades é cada vez mais viável (esquema 3 e fig. 2, 3 e 4).

A concretização das apostas para o eixo urbano Vila Real – Peso da Régua – Lamego contribuirá para uma melhor compreensão das estratégias a assumir pelas três cidades no quadro do seu espaço de concertação.

Centro de ensino superior e de investigação

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) representa para a região a principal oferta de ensino superior e constitui uma importante força de atracção de jovens e um pólo de dinamização urbana, social e cultural. Cabe à Uni-

versidade criar condições e mecanismos de relacionamento e de enraizamento desta população jovem com o espaço urbano e a região natural envolvente. Por outro lado, a Universidade e as instituições locais de formação superior e de investigação deveriam juntar esforços e envolver-se em projectos concertados que contribuam para o desenvolvimento destas áreas rurais, para activar novas dinâmicas empresariais e fomentar a capacidade de exportação do tecido produtivo. Em termos de formação e investigação, a afirmação nacional e internacional das instituições de formação e investigação presentes neste espaço contribui marcadamente para o reforço da imagem e visibilidade do Eixo Urbano.

Pólo de dinamização empresarial e de criação de emprego

Em termos de desenvolvimento rural é crucial apostar no investimento nos recursos endógenos e

Avaliação estratégica

Vectores urbanos e especificidades das cidades a valorizar

Vila Real

- Centro urbano de maior dimensão e com dinâmicas demográficas positivas.
- Presença de zona histórica com interesse associada à emergência de consumos e lazeres urbanos.
- Existência de potencial de formação, extensão e investigação.
- Concentração urbana de cariz administrativo, propensa ao desenvolvimento de outro tipo de serviços.
- Estruturas e infra-estruturas de apoio à actividade industrial, conferem à cidade uma maior capacidade de atracção de investimentos externos

Peso da Régua

- Existência de um núcleo de interesse histórico, com traçado pombalino e de uma frente de rio, valorizadores da qualidade urbana.
- Importante interface regional de transportes.
- Núcleo central da economia e da cultura do vinho.
- Espaço de lazer e de fruição natural, com grande potencial turístico.

Lamego

- Centro de uma região com importante património arquitectónico de significado nacional.
- Área central da cidade bem estruturada e enquadrada por património monumental de valor arquitectónico e histórico significativo.
- Existência de dinâmicas culturais e artísticas em afirmação no exterior.
- Potencial de valorização e promoção de produtos regionais de qualidade.

Problemas que comprometem limiares urbanos propiciadores da coesão do eixo

- Dinâmicas de crescimento urbanístico em geral geradoras de descaracterização da imagem e da silhueta da cidade.
- Índice significativo de degradação dos edifícios nas zonas históricas.
- Falta de conectividade das redes viárias urbanas, associada a problemas de circulação e de estacionamento.
- Insuficiências em termos das redes de equipamentos e serviços de utilização colectiva.
- Focos diversos de vulnerabilidades social, associados à população idosa, ao desemprego, à dificuldade de inserção na vida activa e à forte concentração de habitação social.
- Taxas baixas de escolarização no ensino e insuficiente cobertura de equipamentos pré-escolares.
- Insuficiente dinâmica empresarial e de criação de emprego.
- Desadequação da oferta e das dinâmicas de animação cultural, desportiva e de lazer face ao potencial de atracção turística.
- Dinâmicas demográficas negativas nas cidades de Peso da Régua e de Lamego.
- Carências ao nível das infra-estruturas básicas nestas duas mesmas cidades.

Apostas

EIXO URBANO VILA REAL/PESO DA RÉGUA/LAMEGO

- Centro de ensino superior e de investigação.
- Pólo de dinamização empresarial e de criação de emprego.
- Centro de serviços às actividades agrícolas e florestais.
- Centro de cultura e lazeres urbanos.
- Interface de transportes.
- Espaço de economia do vinho.
- Plataforma turística do Douro.
- Espaço de património arquitectónico e cultural.
- Espaço de desportos de aventura.
- Centro de desportos de alta competição.

Grandes objectivos estratégicos

- Assegurar limiares de qualidade em matéria de ambiente urbano e contribuir para minimizar os impactos negativos sobre os recursos naturais e paisagem.
- Melhorar os níveis de acessibilidade e de transporte entre as cidades do eixo e destas com o exterior.
- Contribuir para a valorização do espaço do Douro enquanto espaço de destino turístico e de fruição natural e ambiental.
- Robustecer e desenvolver o potencial de educação e formação existentes, orientando-o no sentido da produção de competências profissionais e de criação e diversificação de emprego.
- Valorizar e promover produtos e serviços regionais, em condições de afirmação em mercados externos.
- Consolidar e desenvolver o potencial de serviços à actividade produtiva, com vista à atracção de investimentos e à dinamização empresarial.
- Consolidar e desenvolver factores de coesão social e cultural, com base no património, nas novas formas de expressão e em novos padrões de vida.
- Promover e afirmar a identidade e a imagem qualificada da região no exterior, contribuindo para atracção de investimentos e iniciativas.

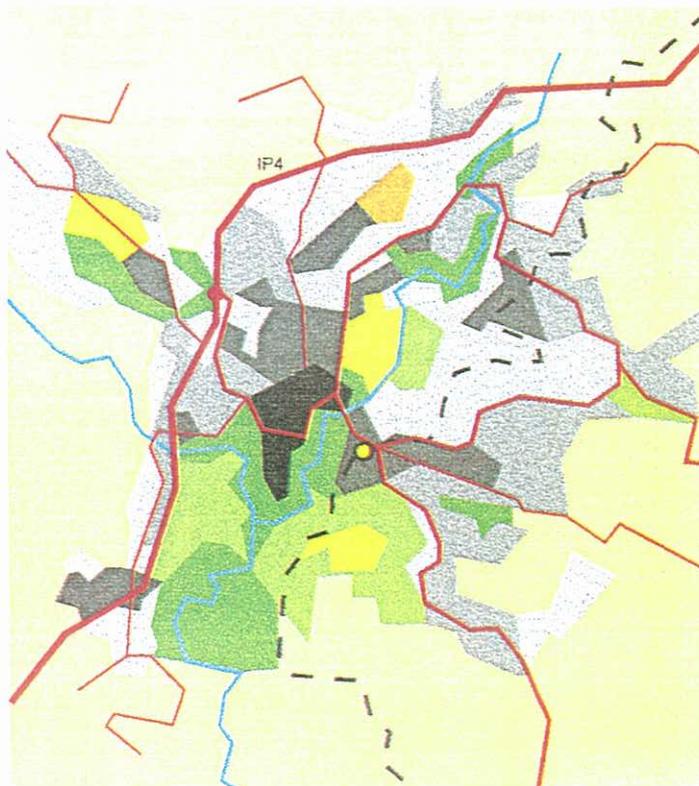
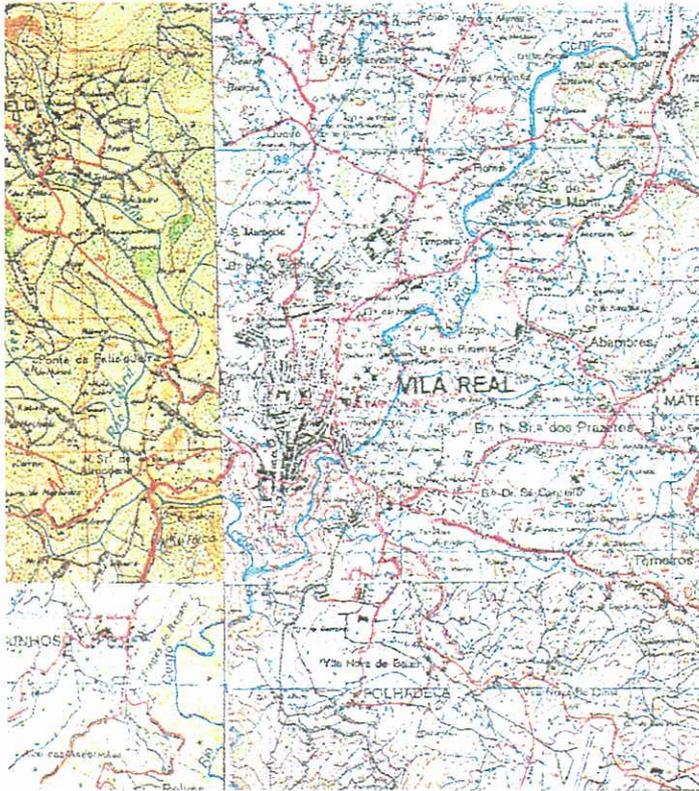


Fig. 2: VILA REAL – extracto da carta militar (1982) e esquema interpretativo à escala 1/50000.

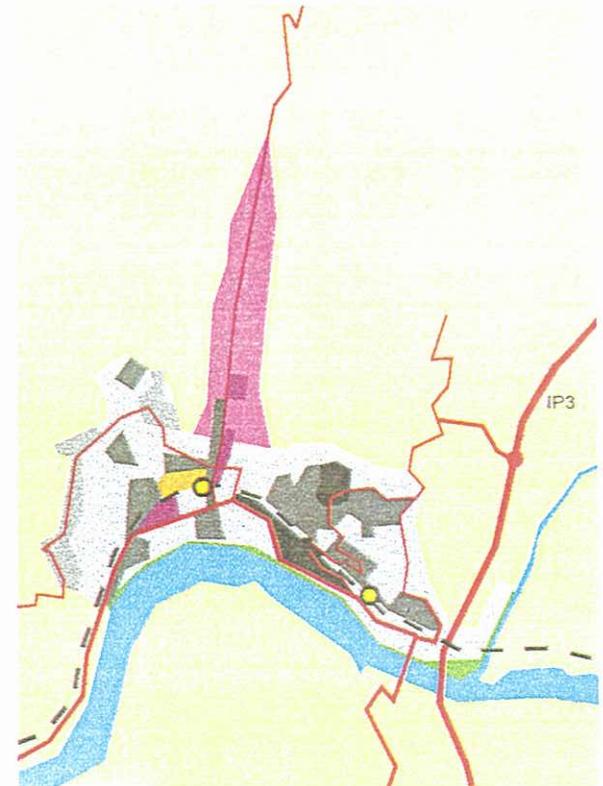
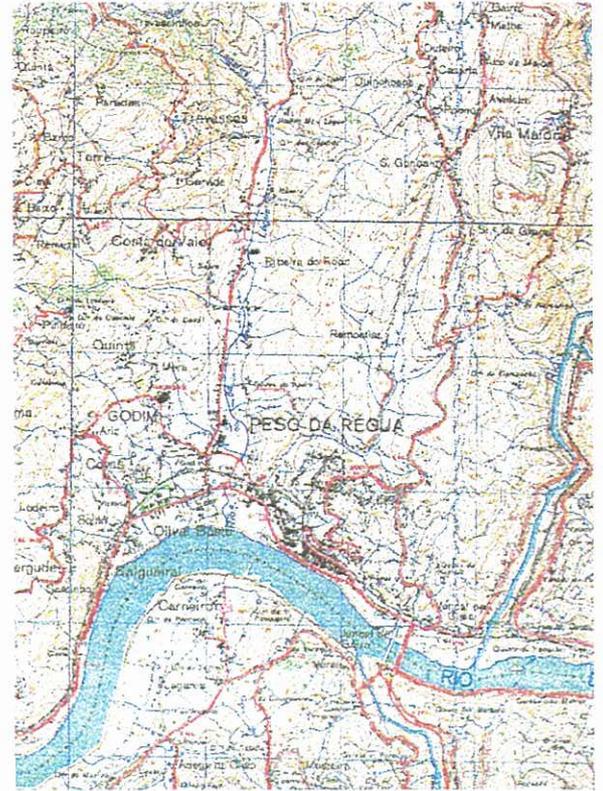


Fig. 3: PESO DA RÉGUA – extracto da carta militar (1981) e esquema interpretativo à escala 1/50000.

nas capacidades de iniciativa local, em detrimento das políticas que favoreciam a mobilidade dos factores de produção e de modernização das estruturas económicas. Neste contexto, é necessário criar condições não só para tirar partido dos recursos existentes na região (naturais, patrimoniais, económicos, culturais e institucionais), como favorecer e apoiar as iniciativas locais/regionais, promover a capacidade de iniciativa, a emergência de novos actores empreendedores e aumentar as redes de relacionamentos económicos, sociais e culturais. O aprofundamento das redes de relacionamento urbanas e regionais, entre pessoas, empresas e instituições, associada a uma política de valorização dos recursos humanos, são duas apostas fundamentais na dinamização empresarial e na criação de emprego.

Centro de serviços às actividades agrícolas e florestais

Em termos locais, há instituições suficientes nas diferentes áreas económicas (agricultura, floresta, turismo, indústria e serviços) capazes de desenvolverem os serviços essenciais para apoiarem e desencadarem processos de desenvolvimento agrícola e florestal – associações empresariais, extensões rurais do Ministério da Agricultura, caixas de crédito agrícola, cooperativas e associações de produtores, universidade e estruturas de investigação (designadamente a UTAD e o ITIDAI), outras instituições de apoio à economia do vinho (Casa do Douro, Instituto do Vinho do Porto, Centro de Estudos Vitivinícola), etc. Neste sentido, desde a informação, certificação/regulamentação, apoio técnico à produção, à transformação e comercialização, a fileira da formação, investigação e extensão, até à promoção externa as valências de serviços à agricultura e às florestas está bem representada. A aposta passa, então, pela valorização e qualificação dos serviços que estas instituições prestam ao exterior e na animação e dinamização da cooperação e concertação inter-institucional, de forma a criar uma estrutura de serviços sólida, transparente, de qualidade e forte visibilidade regional.

Interface de transportes

Este eixo urbano, espaço qualificado do interior e de transferência em relação ao litoral, reúne as

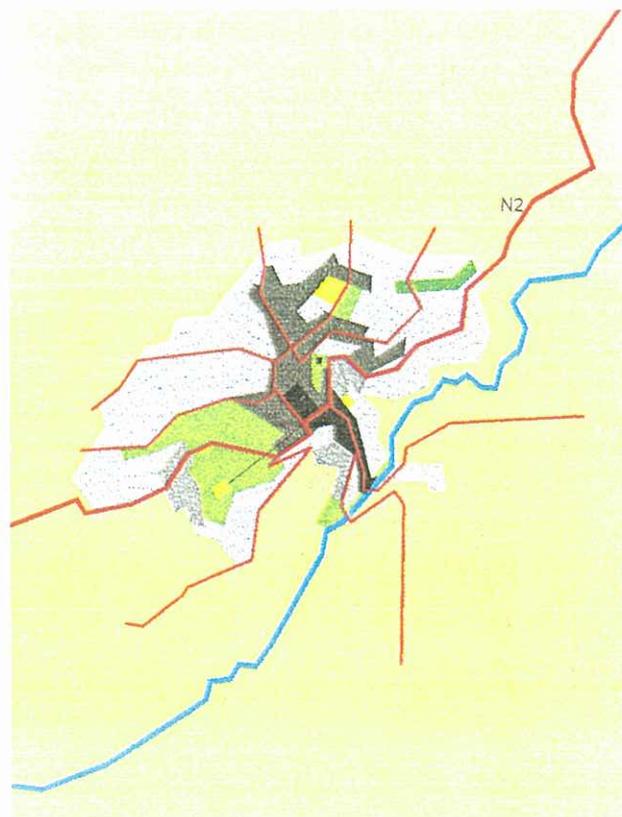
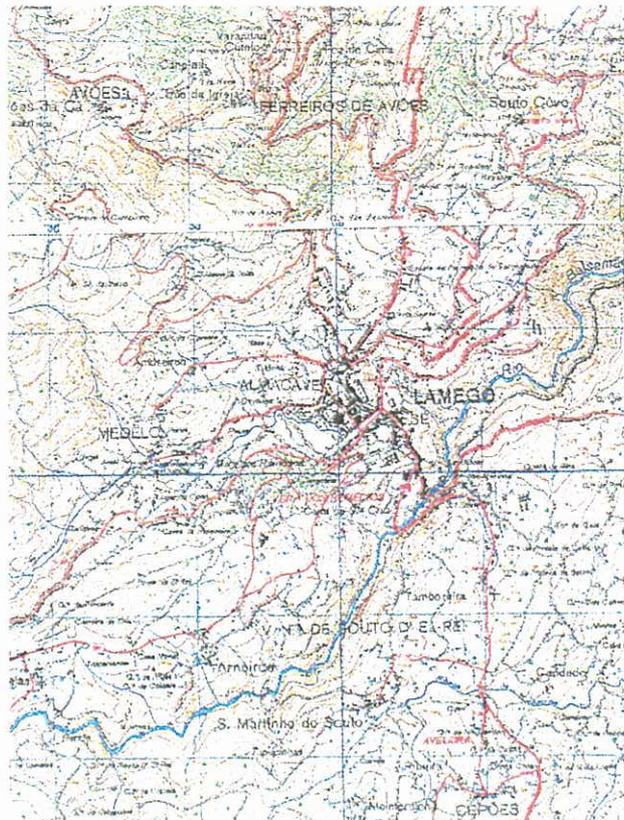


Fig. 4: LAMEGO – extracto da carta militar (1981) e esquema interpretativo à escala 1/50000.

condições para ser um *interface* de transportes, à sua dimensão e à escala regional. Dentro do eixo emerge a cidade do Peso da Régua como aquela que melhor se posiciona, pelas condições naturais, pelos investimentos já efectuados e pelos projectos existentes, para liderar este vector de afirmação. A perspectivação deste *interface*, igualmente importante para passageiros e mercadorias, passa ainda pela existência de empresas de transportes que têm feito um esforço de organização e de equipamento, pela capacidade de concertação das empresas de transportes de vinhos e pela perspectiva de exportação directa de vinhos a partir da Régua. Concorre para esta aposta a melhoria de acessibilidades rodoviárias previstas, a construção do intermodal rodo-ferroviário de passageiros, a construção da central de mercadorias, a animação do porto fluvial, a dignificação das instalações dos cais de acostagem de barcos de passageiros e o aproveitamento do aeródromo de Vila Real. Este *interface* é ainda da maior importância para a confirmação deste espaço como placa giratória turística de toda a Região do Douro.

Centro de cultura e lazeres urbanos

O eixo urbano assume regionalmente o perfil de centro de cultura e de oferta de lazeres urbanos e, nesta medida, é aposta do Plano a consolidação desse perfil através da concentração de recursos nas cidades. Esta aposta implica a criação e consolidação de equipamentos inovadores, a fixação e desenvolvimento de agentes qualificados e profissionalizados, a produção de dinâmicas de acontecimentos diversificados e com visibilidade externa, a preservação e valorização das identidades culturais e das especificidades das três cidades, dentro de um espaço de concertação de políticas municipais e de interpenetração de mercados e de actores culturais. Um elemento fragilizador desta aposta poderá ser a maior ou menor resistência da população à sua mobilidade inter-cidades, por razões culturais e, nessa medida, as estratégias de *marketing* e de promoção constituirão um elemento fulcral na consolidação desse centro.

Espaço de património arquitectónico e cultural

Esta aposta pretende valorizar o potencial que a região do Douro e as três cidades do eixo urbano

concentram em matéria de património arquitectónico e cultural. Os principais eixos de intervenção em matéria de consolidação deste perfil são, a intervenção sistemática em matéria de salvaguarda e valorização do património construído, a organização da oferta de formação da carácter profissional em matéria de conservação e restauro do património, o fomento de iniciativas empresariais ou individuais nesse domínio, a promoção turística da região, designadamente de vocação cultural, a animação cultural de espaços e de imóveis de valor patrimonial e o estudo, investigação e divulgação de documentos. Nesta matéria, é fundamental reforçar o papel e a concertação entre instituições.

Espaço de economia do vinho

A produção vinícola de qualidade é um dos principais trunfos endógenos e com forte visibilidade externa. Complementarmente, as dinâmicas de inovação da produção, nomeadamente de novas técnicas utilizadas nas cooperativas e por alguns produtores e os recursos humanos qualificados contratados por estes, juntamente com as capacidades já demonstradas do Centro de Estudos Vitivinícolas e da UTAD, criam um potencial de recursos na fileira da economia do vinho fortemente competitiva. A recente dinâmica de exportação de «vinhos de qualidade» é também um factor diversificador de mercados, quer em termos geográficos, quer de novos públicos consumidores. Para que esta aposta se afirme, importa consolidar a dinâmica de exportação do produto de excelência do Douro – o Vinho do Porto –, construir a central de mercadorias e dinamizar o sector de transportes de mercadorias, concretizar-se a Comissão Inter-profissional da Região Demarcada do Douro para a promoção e valorização do produto, e dinamizar os processos de concertação com vista à divulgação e comercialização dos vinhos de mesa.

Plataforma turística do Douro

Os recursos turísticos do Douro constituem actualmente um produto de interesse não apenas regional e nacional, mas com tendência para se vir a afirmar no mercado internacional. São testemunho disso, as tendências de crescimento da procura turística do Vale do Douro, nomeadamente a

partir do turismo fluvial. O Eixo de cidades constitui uma excelente «porta de entrada» turística da região do Vale do Douro, incluindo o seu troço internacional, e de uma área envolvente que inclui zonas de paisagem natural e de condições ambientais de significativo valor. Enquadra-se nesta aposta uma estratégia global de aumento da qualidade e profissionalização dos serviços dentro do sector e nas actividades complementares, nomeadamente a animação urbana e concertação em torno do recurso rio e da afirmação simbólica do Eixo a partir do seu vale e do seu produto por excelência – o Vinho do Porto.

Espaço de desportos de aventura

A animação sócio-desportiva das cidades do Eixo Urbano passa pela promoção de práticas desportivas e para-desportivas de risco e aventura, aproveitando os recursos naturais existentes na região, nas suas componentes água, montanha, floresta e ar. Esta aposta fundamenta-se na rentabilização e concertação em torno de recursos humanos, técnicos, materiais, naturais, financeiros e organizacionais, com o propósito de criar um «pacote» de produtos e serviços que combine as práticas desportivas de risco e aventura com práticas tradicionais no domínio dos desportos (designadamente náuticos) e a oferta turística local. A promoção e a visibilidade no exterior desta fileira de recursos e a sua articulação com os operadores turísticos são peças fundamentais para a afirmação desta aposta.

Centro de desportos de alta competição

A mediatização dos espectáculos desportivos e a generalização e consciencialização da importância da prática desportiva contribuem para a sustentação desta aposta. Do ponto de vista das estruturas e equipamentos, destacam-se o Complexo Desportivo de Lamego, o Pavilhão Olímpico da Régua e as estruturas e os recursos humanos da UTAD. Deverá ainda incluir-se o rio como importante palco de competições de desportos náuticos. A tradição do desporto automóvel, a existência de actores a mobilizar para os projectos e as estruturas de ensino e investigação consolidam esta fileira e permitem uma aposta vocacionada para os desportos de alta competição.

4.4. Um Plano Estratégico para o Eixo Urbano Santa Maria da Feira – S. João da Madeira – Oliveira de Azeméis

A avaliação estratégica e a formalização das apostas para o eixo urbano Sta. Maria da Feira – S. João da Madeira – Oliveira de Azeméis constituiu por parte da equipa técnica um sério e insistente contributo na tentativa, pouco conseguida, de demonstração dos benefícios municipais de uma estratégia urbana concertada em torno de um eixo urbano. As clivagens e as rivalidades locais sedimentadas ao longo de anos não caíram perante os argumentos técnicos de defesa de uma estratégia de afirmação urbana a sul da Área Metropolitana do Porto, só concretizável a partir de um projecto global, assumido em conjunto pelas três cidades. Tal como o eixo urbano de Vila Real – Peso da Régua – Lamego, este eixo surgiu de uma vontade da Administração Central, mas ao contrário do anterior, esta decisão não demonstrou ter condições para se realizar (esquema 4 e fig. 5, 6 e 7).

A elaboração da avaliação estratégica apresentada sinteticamente no esquema permitiu o desenvolvimento de um conjunto de apostas que deveriam ser assumidas pelo Eixo Urbano.

Espaço de concertação e de inter-relações urbanas

Não basta existir uma mancha urbana, mais ou menos contínua, com uma dotação infra-estrutural mínima que lhe dá uma configuração e estrutura um território como um Eixo Urbano. É necessário que as suas populações e os agentes urbanos inscritos nesse território se identifiquem com esse eixo, que as condições que motivam a mobilidade intra-eixo e a concertação e a cooperação entre as instituições se intensifiquem. A apropriação deste eixo urbano pelos cidadãos e a criação de um espaço vivido de fortes relacionamentos é uma aposta crucial na sua viabilização e concretização.

Centro de qualidade urbana e de elevada urbanidade

A área em estudo caracteriza-se por um povoamento urbano difuso e aparentemente desorganizado, profundamente entrosado com áreas rurais. É estruturado por três cidades que, embora com

Avaliação estratégica

Vectores urbanos e especificidades das cidades a valorizar

Santa Maria da Feira

- Existência de património arquitectónico e ambiental, de arqueologia industrial, com valor significativo.
- Visibilidade externa proporcionada pelo EUROPARQUE e pelo Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, contribui para aumentar a atracção de ensino superior, investigação e serviços às empresas.
- Tecido industrial diversificado em torno da cortiça, calçado, artigos para bebé e indústria metalomecânica.
- Dinâmica cultural e turística qualificada e enriquecida com a presença do Europarque.

São João da Madeira

- Estrutura comercial, de serviços e de ensino com carácter marcadamente urbano.
- Forte dinâmica industrial e centralidade de serviços e formação no sector do calçado.
- Presença de estruturas de desporto (existentes e projectadas) que associadas à política municipal, lhe conferem melhores condições de atractividade.
- Património industrial de interesse e significado, designadamente pela presença de indústrias tradicionais, emblemáticas à escala nacional – chapelaria e calçado.

Oliveira de Azeméis

- Cidade com identidade histórica e urbana.
- Centro empregador industrial com dinâmica e capacidade de internacionalização significativas.
- Forte tradição cultural associada a dinâmicas de oferta cultural diversificada e aglutinadora de expressões identitárias locais.
- Dinâmica desportiva com visibilidade externa.
- Capacidade hoteleira orientada para o turismo de negócios.

Problemas que comprometem limiares urbanos propiciadores da coesão do eixo

- Modelo empresarial dominante que não privilegia a qualificação dos recursos humanos.
- Sistema produtivo que dificilmente enraiza nas cidades os serviços às empresas.
- Generalidade de situações de precariedade de emprego associadas a problemas de vulnerabilidade social.
- Crescimento urbano com fortes impactos a nível de produção de rupturas e dissonâncias arquitectónicas e das malhas urbanas.
- Insuficiente qualificação dos espaços públicos.
- Impactes ambientais decorrentes de processos de industrialização desordenados e insuficiente qualidade ambiental dos espaços urbanos.
- Carências de qualificação e de animação cultural do espaço urbano, mais «próximas» das motivações de segmentos da população jovem.

Esquema 4

intensidades e formas diferenciadas, possuem uma imagem urbana claramente legível. Qualidade urbana e urbanidade são elementos cruciais numa estratégia de atracção e localização de actividades produtivas ou simplesmente da função residencial. Para as populações locais, qualidade urbana e urbanidade são elementos valorizadores e motivadores de apropriações urbanas e de uma acrescida participação cívica. Apostar nestas componentes é simultaneamente investir numa afirmação urbana no espaço metropolitano a sul da Área Metropolitana do Porto.

Espaço industrial e de inovação e competitividade e diferenciador face a outros territórios

Uma das características principais que diferencia o Eixo Urbano dos restantes territórios é a importância, diversidade e dinâmica de todo um sistema produtivo com ele identificado. Mesmo que o tecido industrial não seja homogéneo e que

Apostas

EIXO URBANO S^{te}. M^a. FEIRA/S. JOÃO DA MADEIRA/ /OLIVEIRA DE AZEMÉIS

- Espaço de concertação e de inter-relações urbanas.
- Centro de qualidade urbana e de elevada urbanidade.
- Espaço industrial de inovação e competitividade e diferenciador face a outros territórios.
- Espaço de formação, desenvolvimento tecnológico e centro de negócios.
- Espaço de património cultural e de memória histórica industrial.

Grandes objectivos estratégicos

- Melhorar as ligações rodó e ferroviárias e os sistemas de transportes que favoreçam a mobilidade interna ao eixo e ao seu território de proximidade.
- Assegurar a qualificação urbanística e ambiental do espaço urbano e aumentar os níveis de atendimento infra-estrutural.
- Promover a fixação de comércio e serviços e a melhoria das redes de equipamentos colectivos, de forma a reforçar a centralidade das cidades.
- Capitalizar para as cidades as dinâmicas em torno do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto e do EUROPARQUE.
- Desenvolver as associações empresariais e os centros tecnológicos e de formação locais e promover a cooperação entre eles, tendo em vista o reforço da capacidade técnica, de serviços e de investigação aplicada e a qualificação dos recursos humanos.
- Criar mecanismos de expressão e de reprodução da cultura de empreendimento existente, facilitando processos de incubação de iniciativas.
- Afirmar os valores da cultura industrial e novas formas de expressão da cultura científica e tecnológica.
- Garantir formas de integração entre as dinâmicas urbanas e a afirmação cultural do Europarque.
- Promover a imagem do eixo urbano e aumentar a sua visibilidade no exterior.

no seu interior estejam presentes dualidades que se têm vindo a acentuar, em função da lógica de internacionalização e de modernização tecnológica e organizativa, a massa industrial tem revelado capacidade de resistência a uma conjuntura recessiva e aos novos desafios da competitividade. Em face disto, tem todo o sentido reivindicar para o eixo condições de apoio à continuidade do processo de ajustamento estrutural e de modernização e apoiar uma dinâmica instalada, proporcionando-lhe as melhores condições de profissionalização e apoio técnico e tecnológico.

Espaço de formação, desenvolvimento tecnológico e centro de negócios

Perante um tecido produtivo tão dinâmico e possuidor de estruturas de apoio de formação e de desenvolvimento tecnológico locais, tem todo o sentido o reforço dessas estruturas e de promoção da cooperação e do desenvolvimento de estraté-

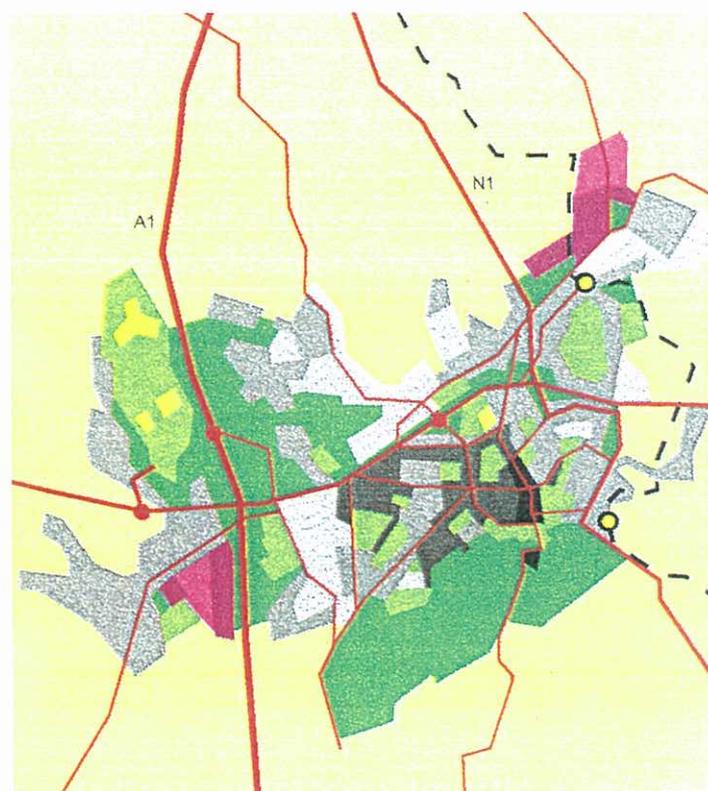
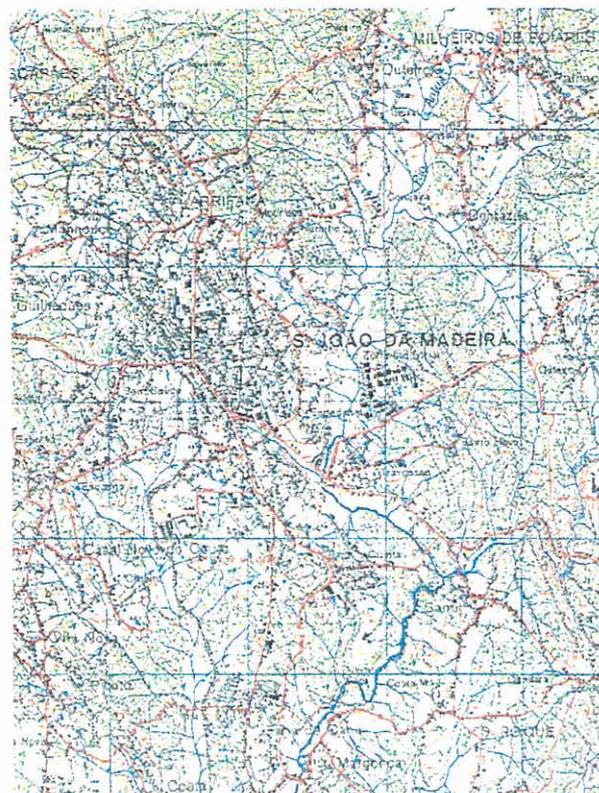
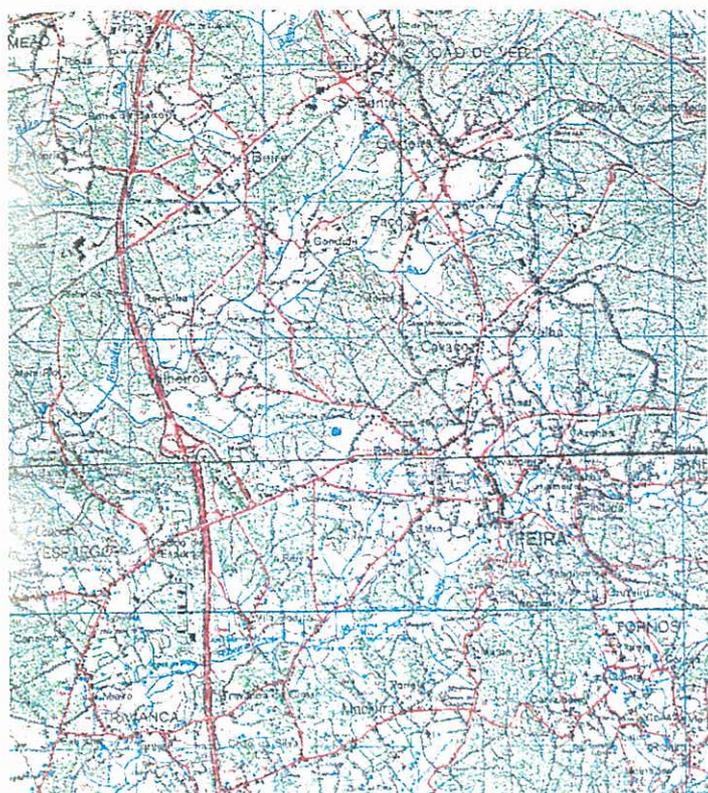


Fig. 5: SANTA MARIA DA FEIRA – extracto da carta militar (1973) e esquema interpretativo à escala 1/50000.

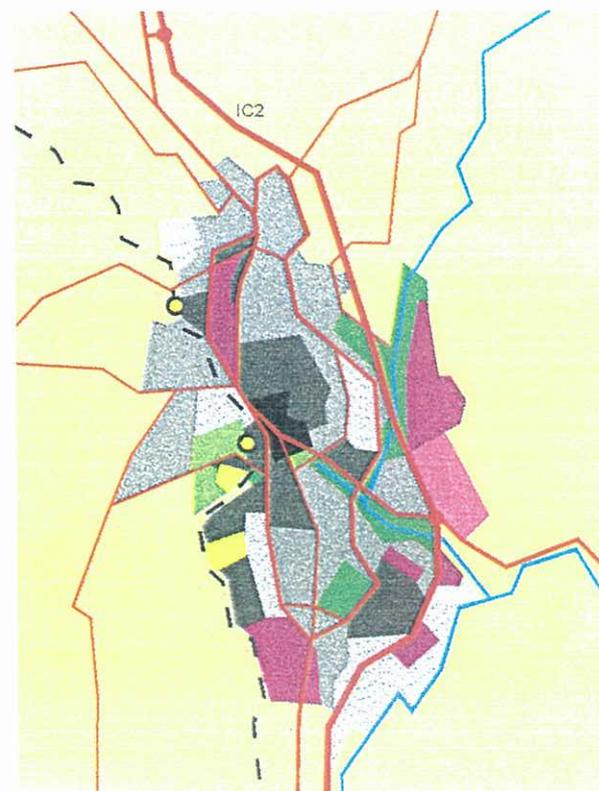


Fig. 6: SÃO JOÃO DA MADEIRA – extracto da carta militar (1973) e esquema interpretativo à escala 1/50000.

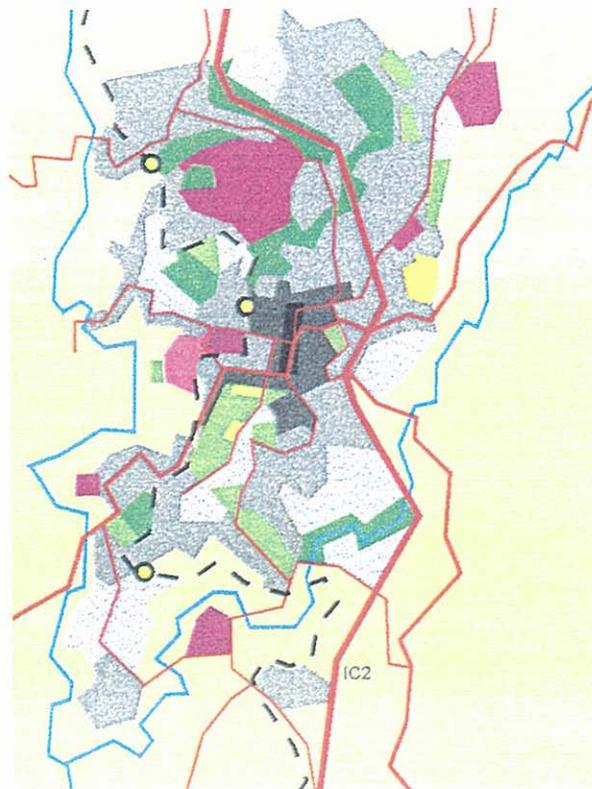
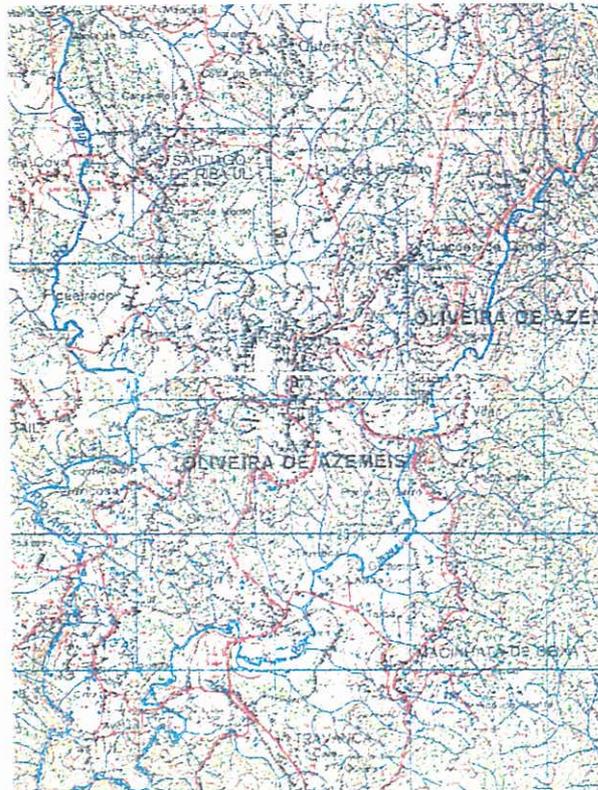


Fig. 7: OLIVEIRA DE AZEMÉIS – extracto da carta militar (1973) e esquema interpretativo à escala 1/50000.

gias concertadas entre as instituições. Faz pa desta aposta o objectivo estratégico de capitaliz para as cidades e para o tecido produtivo local regional as dinâmicas em torno do Parque de Cié cia e Tecnologia do Porto e do EUROPARQU. Uma aposta forte na educação, na formação e tecnologia, apoiada em instituições locais, cor alavancas decisivas para um novo estádio de co petividade e de produtividade criando uma no imagem e força regional.

Espaço de património cultural e de memó histórica industrial

Valorizar e prestigiar as raízes culturais assoc das à industrialização, incluindo o seu patrimór arqueológico industrial e as formas de vivênci relacionamento a ele associadas, dentro de u contexto de uma crescente assimilação e integ ção de novos conhecimentos nos domínios tecn lógico e científico, que permitam à populaçã nomeadamente a mais jovem, utilizá-los no senti do progresso e do desenvolvimento da qualida de vida e da economia regional. A afirmação de região industrializada passa também pelo refor da sua identidade cultural, fortemente relaciona com todo o processo histórico de industrializ ção. Neste contexto de valorização do seu patrínio, é indispensável introduzir o desenvolvimr de práticas de cultura científica e tecnológica.

Eixo de dinâmicas desportivas e de lazer

Apostar nos projectos em curso de componer desportiva e de lazer e garantir formas de integ ção entre as dinâmicas urbanas e a afirmação c tural do EUROPARQUE parece-nos uma apo crucial para o eixo. Além disso, é necessário c matar deficiências em matéria de infra-estrutura de recursos e concertar estratégias inter-cidad com vista à valorização das especificidades urf nas e à afirmação regional em termos culturais desportivos. A forma de relacionamento com Europarque será facilitada no quadro de uma p gressiva concertação municipal das políticas e c intervenções em matéria de oferta cultural e criação de equipamentos culturais e de lazer. terá como principais resultados, para o eixo c cidades, o enriquecimento da oferta cultural des cidades e a oportunidade que lhes é dada de co

seguirem vir a fidelizar novos públicos exteriores para alguns programas culturais promovidos pelas cidades.

5. CONCLUSÃO

As conclusões a extrair deste artigo podem agrupar-se em dois conjuntos.

Por um lado, as que se prendem com o decorrer dos trabalhos de planeamento e que podem contribuir para que, em futuros exercícios deste tipo, os mesmos possam ser mais profícuos. Por outro lado, as que correspondem a uma tentativa de universalização, a partir dos planos apresentados, daquelas que parecem ser as melhores soluções de aposta no desenvolvimento das nossas cidades.

De entre as conclusões de natureza mais formal, poderemos elencar as seguintes:

- a elaboração dos Planos Estratégicos de Cidade corresponde a um processo «vivo», de interacção entre realidades técnicas e vontades políticas que importa compatibilizar no decorrer da sua realização;
- nesta fase do planeamento, os diagnósticos sectoriais devem procurar sintetizar os principais factores a explorar e a combater no futuro das cidades;
- os planos devem ser feitos para toda a cidade, isto é, todos os seus agentes, e não apenas para as Autarquias, mobilizando o debate e procurando gerar projectos que envolvam um leque alargado de actores locais;
- a proposta de uma estratégia de desenvolvimento urbano não deverá ser nunca um somatório de interesses, mas sim a resultante de um conjunto de estratégias emergentes, delineada de forma coerente e avaliada em face da capacidade de acção dos agentes de intervenção urbana;
- o documento de Plano nunca é um «produto acabado». Ele deverá ser assumido localmente e continuamente melhorado e adaptado;
- para a sua implementação importa criar

estruturas, mais ou menos formais, que promovam a sua discussão e gerem consensos em torno dos projectos de maior importância para as cidades. Exemplos dessas estruturas são os Gabinetes de Cidade.

Do ponto de vista do conteúdo, apresentam-se em seguida algumas das linhas de estratégia para as cidades que devem ser promovidas pelo carácter universal que adquirem no contexto do sistema de cidades médias nacional:

- integrar um leque alargado de iniciativas e projectos urbanos de significativa envergadura num projecto global de cidade;
- comprometer a Administração Central na divulgação, incentivo e fomento da participação institucional e investimento, numa aposta clara nos recursos urbanos e regionais;
- reforçar a centralidade das cidades/eixos de cidades face aos seus territórios envolventes e no quadro do sistema urbano nacional, com base em dois vectores estruturantes: a qualificação urbanística e o reforço das funções urbanas;
- atingir limiares urbanos em termos de qualidade de vida que sustentem e não comprometam as estratégias desenhadas;
- apostar em especificidades urbanas e em estratégias inovadoras de valorização da imagem da cidade e do reforço da sua visibilidade exterior num espaço cada vez mais global;
- consolidar um relacionamento bi-direccionado da cidade com o seu território de proximidade, capitalizando para a cidade as dinâmicas positivas desse território e, impulsionando, a partir da cidade, a valorização das potencialidades que ele possui;
- promover a actividade económica e o emprego, envolvendo as Autarquias num projecto comum com associações e empresários;
- valorizar a componente lúdica e cultural nas cidades como forma de atrair novos públicos e reforçar a participação dos habitantes.